

19 JUN 1987

JUN 1987

O repeteco

FOLHA DE SÃO PAULO

27 JUN 1987

N uma de suas tiradas geniais, Marx observa que a história se repete, "da primeira vez como tragédia, da segunda como farsa". É o que acabou de ocorrer com o Plano Cruzado. A sua segunda edição, o "novo Cruzado" é, em quase tudo, o oposto do original. Este teve lugar num momento em que a economia estava em plena expansão, impulsionada pela "reposição salarial". A sua grande façanha foi deter uma inflação muito alta, quase sem interromper o rumo ascensional da economia. Durante cerca de um semestre, o povo gozou as delícias do aumento de emprego e de salários, com inflação em grande parte contida.

Agora, além da inflação ser muito maior, a economia afunda em recessão, os salários (mesmo com "gatilhos") perdem poder aquisitivo há seis meses, todo mês, o desemprego, começa a crescer de forma assustadora, o mesmo se dando com a quebra de pequenas empresas. Nesta situação, o "novo Cruzado" é baixado, com um figurino nitidamente "ortodoxo": o congelamento é decretado juntamente com impressionante série de altas de preços e tarifas, nova desvalorização cambial, corte do subsídio do trigo, suspensão de investimentos públicos e, para coroar, eliminação do "gatilho", com "arrocho" salarial explícito no que se refere à inflação inteira de junho, tanto à "inercial" até a data do congelamento, como a "corretiva", decretada no mesmo dia. A este "arrocho" se soma o decorrente da inflação "residual", que tiver lugar durante a fase do congelamento.

Que os assalariados vão ser prejudicados, ao menos durante os próximos três meses, é conclusão quase unânime de todos os analistas. O que acontecerá depois, depende inteiramente dos efeitos do congelamento. É verdade que os salários continuariam sendo sangrados

se a inflação prosseguisse na corrida desabalada em que estava. Mas, isso não justifica o fato de que, ao se tentar deter a inflação, os trabalhadores continuam sendo empobrecidos como se ela fosse continuar. A lógica do "novo Cruzado" no entanto é essa. Ela se baseia no diagnóstico de que o Cruzado original fracassou porque foi excessivamente "generoso" com os assalariados, o que teria dado lugar ao excesso de consumo. A inflação voltou porque ela seria o único meio da economia "corrigir" os salários excessivos e ela teria que superar os 20% mensais para neutralizar o efeito dos "gatilhos".

Este diagnóstico de modo algum encontra apoio nos fatos. O excesso de consumo se manifestou desde o início do Cruzado original, antes que os salários reais subissem, o que aconteceu paulatinamente, como efeito da expansão do emprego. O consumo disparou em grande medida por efeito da queda do rendimento nominal da poupança e, mais tarde, como reação defensiva dos consumidores face à crescente falta de produtos no comércio. A alta dos salários reais, além disso, não foi tão grande. Em outubro de 1986, quando o salário real médio atingiu seu valor mais alto, ele era 18,1% maior do que em fevereiro, mas apenas 6,2% maior do que um ano antes, na Grande São Paulo (pesquisa, Seade/Dieese 28, quadro 8). É que o aumento da inflação entre outubro de 1985 e fevereiro de 1986 reduziu o salário real médio de 10%. O mesmo voltou a se dar um ano depois: entre outubro de 1986 e fevereiro de 1987, o salário real médio, na Grande São Paulo, caiu 18,8% (mesma fonte).

Cumprir notar que o diagnóstico de que o fracasso do Cruzado original foi causado pelo aumento excessivo dos salários era a bandeira dos economistas de direita, que sempre sustentaram que o choque heterodoxo, para ter êxito,

teria que ser seguido por uma política ortodoxa, ou seja, de contenção da demanda via redução do gasto público, aperto monetário e "arrocho" salarial. Tal política lançaria a economia na recessão, a qual seria condição indispensável para domar a inflação. Esta interpretação foi sendo aceita pela própria equipe do Cruzado original, que tentou reduzir a demanda mediante a saraivada de aumentos decretada pelo Cruzado 2, sem que estes fossem incorporados ao indexador de salários. A tentativa despertou tal indignação popular que o governo recuou, revogando a substituição do INPC pelo chamado Índice da Cesta Básica.

Agora, com o salário real já profundamente sangrado pela inflação desenfreada, o governo volta à carga com o novo choque, o qual — em contraste com o primeiro — deve ser chamado de ortodoxo. Sua filosofia é que o congelamento dos preços tornar-se-á efetivo não pela fiscalização dos consumidores mas pela incapacidade destes de pagar preços maiores. A condição do seu êxito é a redução da demanda pela queda dos salários reais, pela diminuição do gasto público e por juros não só positivos mas muito altos.

É notável o contraste entre o tratamento dispensado ao capital e ao trabalho. O capital colocado a juros se beneficia com taxas nominais, os quais — se o congelamento for efetivo — são colossais. É possível que, quando a queda da inflação for apurada, a taxa de juros venha a ser reduzida pelo Banco Central, mas até lá os detentores de riqueza financeira terão todas as garantias de que não sofrerão qualquer prejuízo. Os trabalhadores, no entanto, estão impedidos de se beneficiar da eventual queda da inflação. O poder aquisitivo de seus salários continuará em queda, ao menos até o fim do período de congelamento. Depois receberão uma reposição parcial de suas

perdas (excluída a inflação de junho), em seis suaves prestações mensais. A qual poderá ser anulada se, no período de "flexibilização" de preços, a inflação voltar a subir, o que é provável.

Para os assalariados, a única esperança que o "novo Cruzado" oferece é que, após a inflação "corretiva", o congelamento de fato reduza a inflação a um nível próximo de zero. Se isso ocorrer, os salários — depois das perdas de junho — se estabilizarão, ou seja, deixarão de perder poder aquisitivo. E se depois a inflação se mantiver baixa, os assalariados recuperarão bem devagar uma parte do que perderam, entre outubro de 1986 e junho de 1987. A depender da política salarial baixada com o "novo Cruzado", esta recuperação é suficientemente diluída para não "aquecer" a demanda e portanto a economia será mantida em recessão.

Este cenário "rôseo" depende do êxito do congelamento, que está longe de estar garantido. Se os aumentos de custos de produção, causados pela inflação "corretiva", forem repassados aos preços, por parcela expressiva das empresas, o congelamento será abalado e nada deterá a generalização do procedimento. Neste caso, a inflação continuará forte (ainda que menor do que no 2.º trimestre deste ano) e o congelamento dos salários ficará insuportável. Então, o governo encerrará o congelamento, à espera que a inflação se acelere novamente, para em seguida aplicar novo choque. É um procedimento que sempre pode ser repetido, pelo menos enquanto os trabalhadores não tiverem força para se opor efetivamente a políticas que atentam contra o seu padrão de vida.

PAUL SINGER, 53, é professor da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP e pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).